

Cuid Externo

Vem socorro de Reagan: 1 bilhão de dólares.

Deverá vir um empréstimo-ponte em setembro. Já o dinheiro do FMI continua difícil e o Brasil avisou o BIS que atrasará mais seu pagamento.

Um novo empréstimo-ponte, no valor mínimo de 1 bilhão de dólares, poderá ser concedido ao Brasil, em setembro, pelo governo norte-americano. Essa informação foi dada ontem por uma autoridade monetária, segundo quem os entendimentos já foram iniciados e a liberação do crédito depende apenas da decisão do FMI de conceder ou não o sinal verde aos bancos comerciais, para que eles liberem o 1,2 bilhão de dólares que restam do empréstimo-jumbo acertado no começo do ano.

Segundo Kenneth N. Gilpin, do New York Times, os rumores de que os EUA estariam providenciando um novo crédito de curto prazo para o Brasil também circulam no mercado norte-americano, mas foram desmentidos por funcionários do Tesouro.

— Um pacote especial por parte dos EUA não me causaria grande surpresa — disse William R. Cline, um importante membro do Instituto de Economia Internacional de Washington. Contudo, lembrou ele, “o governo preferiria não apresentar uma sugestão destas antes do projeto de lei referente ao FMI passar pelo Congresso”.

Ainda de acordo com o New York Times, após vários meses de demora, as negociações que impediram os empréstimos dos bancos comerciais ao Brasil podem estar chegando ao fim. Fontes bancárias afirmam que em meados desta semana o País poderá receber uma aprovação informal do FMI concordando com novas metas econômicas.

Isto, de qualquer forma, não permitirá que o Fundo retome o pagamento das parcelas do seu próprio programa de empréstimos — no total de 5,4 bilhões de dólares — o que deverá acontecer apenas no final de setembro ou início de outubro, depois que o board da instituição aprovar o acordo brasileiro. No entanto, isto permitiria que os bancos comerciais retomassem o pagamento das parcelas do seu empréstimo ao País.

Atraso

Uma autoridade monetária disse ontem que o Tesouro dos EUA manteve contato com o Banco de Pagamentos Internacionais (BIS) para convencê-lo a aceitar o novo atraso do Brasil no pagamento de uma nova parcela de 400 milhões de dólares do empréstimo-ponte concedido pela instituição meses atrás, que deveria ser paga hoje.

O BIS, por sua vez, admitiu em Basileia (Suíça), onde fica sua sede, que foi informado do novo atraso brasileiro, adiantando que, “ho momento”, não vai reclamar esse pagamento aos bancos centrais que avalizam o empréstimo ao Brasil.

Além disso, o comunicado do BIS dá a entender que as negociações entre o governo brasileiro e o FMI estão caminhando bem, ao afirmar que “em vista dos progressos feitos nas negociações e da possibilidade de que se reiniciem os empréstimos do FMI ao Brasil, o BIS, no momento, não exigirá dos bancos centrais que ponham em vigor suas garantias”.

Com tudo isso, o empréstimo-ponte norte-americano, prometido para setembro, evi-

tará a insolvência completa do Brasil — segundo uma fonte do nosso governo — que diz que as autoridades econômicas já estão começando a se conscientizar de que não adianta “tapar o sol com a peneira”, porque se conseguem um empréstimo em setembro, terão de pagá-lo no mês seguinte e a crise cambial do País permanecerá. Do mesmo modo, se o País conseguir com os bancos para só voltar a pagar os juros da dívida externa dentro de três anos, a situação será ainda pior. Se de 83 a 85 o pagamento de juros previstos é de US\$ 31,5 bilhões, se eles forem adiados para 86 o montante a pagar já será de US\$ 45,4 bilhões, admitindo-se a manutenção de taxas de juros em apenas 12,5% no período.

Divergência

Em São Paulo, um técnico em área externa disse ontem que, “ao contrário do sinal verde mencionado há alguns dias, parece haver uma evidente divergência no acerto entre as autoridades brasileiras e o Fundo Monetário Internacional, que poderá tornar-se explícita nos próximos dias”.

Para ele, “o momento é tão delicado que, se a perspectiva de acordo estivesse encaminhada, ela tenderia a ser divulgada de maneira mais explícita, no Exterior. Além do mais, a evolução poderia ocorrer mais rapidamente”.

O técnico não acredita na informação de que o presidente Figueiredo assumiria pessoalmente o problema da dívida externa e também não acredita em que algum novo negociador possa vir a ser convocado, neste momento, para auxiliar o trabalho dos ministros. “Nada será feito sem os ministros atuais, que detêm o controle da informação interna, essencial para qualquer negociação externa” — adverte.

O início das negociações no Clube de Paris — com os países credores — levou o Brasil a anunciar que estava cessando os pagamentos do principal e juros de dívidas com os governos. A informação inicial é de que deflagrado o processo junto ao Clube, a moratória desses pagamentos torna-se usual. Os últimos dias, porém, mostraram protestos originários da Alemanha Ocidental e da Inglaterra. “É que no Clube de Paris tudo é informal, não devendo haver grandes surpresas em que alguns países prefiram — e procurem deixar isso claro — que o Brasil acerte-se antes com o FMI, ou, na melhor das hipóteses, simultaneamente” — opinou o técnico.

“Boas notícias”

“Dentro de dias, ou semanas, ou meses, virão boas notícias nesta área”, afirmou ontem, em Porto Alegre, o ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Pena, ao comentar a possibilidade de renegociação ampla da dívida externa brasileira. Disse que a assinatura do novo acordo com o FMI é o “passaporte vermelho” para que se iniciem as conversações neste sentido, e que o pagamento do que falta com mercadorias exportáveis é a “única solução” porque o País não tem como liquidar todas as parcelas em dólar.